

OUTUBRO 2026

203ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

Foto: Imagem criada com ChatGPT/Gazeta do Povo



O PESO DO STF

Como a crise no
Supremo Tribunal
Federal pode afetar
as eleições deste
domingo

Mentirosos querem
transformar Nossa Senhora
Aparecida em cabo eleitoral

Economia: Os oito alertas que
o governo Lula ignorou sobre
as bets

Índice

Editorial: Ao condenar Eduardo Bolsonaro, STF
viola novamente a imunidade parlamentar 04

Marcio Antonio Campos: Mentirosos querem
transformar Nossa Senhora Aparecida em cabo
eleitoral 11

Rodrigo Constantino: Flávio acertou ao decidir
agir como o agregador que não caçou traidores 24

Qual o peso do STF na eleição de domingo? 31

Oito alertas que o governo Lula ignorou sobre as
bets 42

Drones baratos desafiam arsenais bilionários 62

Antonio Tabet mudou de carreira, mas continua
fazendo pegadinhas 90



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER

The background of the entire image is a dark blue silhouette of a human head in profile, facing right. Inside the head, there is a complex, glowing network of lines and dots, resembling a neural network or a star map. The dots are in shades of yellow, orange, and pink, and the lines are thin and light blue. The overall effect is one of intellectual activity and knowledge.

GAZETA DO POVO

CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Eduardo Bolsonaro (em foto de 2024) foi condenado por afirmação feita em mídias sociais. (Foto: ChatGPT sobre foto de Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

EDITORIAL

Ao condenar Eduardo Bolsonaro, STF viola novamente a imunidade parlamentar

Os 513 brasileiros que forem eleitos ou reeleitos para a Câmara e os 54 que conquistarem uma

vaga no Senado neste 4 de outubro já podem ter uma certeza quanto ao que os espera de 2027 em diante: a imunidade parlamentar, mesmo garantida pela Constituição, não existe mais. E, às vésperas do pleito, o Supremo Tribunal Federal reforçou o recado ao condenar, por sete votos a três, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro a um ano de prisão em regime aberto e multa, por suposta calúnia contra a deputada Tábata Amaral (PSB-SP).

Eduardo Bolsonaro já não é mais deputado desde dezembro do ano passado, quando a Mesa Diretora da Câmara declarou a perda do seu mandato por faltas – o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro está radicado nos Estados Unidos desde março de 2025, quando deixou o Brasil alegando perseguição política por parte do Supremo. O caso que gerou a condenação, no

entanto, ocorreu em 2021, quando ele ainda era parlamentar. Na ocasião, Tábata havia proposto um projeto de lei que previa a distribuição gratuita de absorventes a mulheres de baixa renda. Nas mídias sociais, Eduardo insinuou que o projeto atendia a interesses privados do empresário Jorge Paulo Lemann e à P&G, fabricante de absorventes.



Não surpreende que Eduardo Bolsonaro tenha sido condenado por uma manifestação feita por mídias sociais; afinal, nem a tribuna da Câmara serve mais para proteger as palavras dos deputados

Afirmar que uma parlamentar estaria atuando de forma escusa, para favorecer terceiros por meio

do processo legislativo, é, sim, um crime contra a honra. Quanto a isso, parece não haver dúvida, ainda que haja uma série de imprecisões na insinuação – a P&G não pertence a Lemann, e o empresário não fez doações para a campanha de Tabata em 2018; a ligação entre eles está no fato de Tabata ter recebido ajuda de custo da Fundação Estudar, bancada pela Fundação Lemann, quando estudava na Universidade Harvard. Mas o elemento fundamental, no caso em tela, é menos o que foi dito e mais quem o disse. É isso que faz toda a diferença quando se trata de um parlamentar.

A Constituição, recorde-se, afirma no caput do artigo 53 que “os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos” – destaque para o quaisquer. Isso significa, em português muito

claro, que certas manifestações que seriam crime caso fossem ditas ou escritas por alguém que não fosse deputado ou senador deixam de sê-lo quando proferidas por um parlamentar. Essa proteção pode até parecer extrema à primeira vista, mas faz todo o sentido, pois o constituinte de 1988 quis garantir que os representantes do povo tivessem toda a liberdade de discussão – algo que está inclusive na própria origem do termo “parlamentar”: aquele que fala (*parler*, em francês). A palavra é tão essencial quanto o voto no trabalho do deputado ou senador.

Foi isso que André Mendonça afirmou, abrindo a divergência, ao defender que “não é a gravidade da manifestação que define a existência da imunidade; é a sua relação com o exercício do mandato. Eventuais excessos, inexatidões ou formulações ofensivas não são suficientes, nas

circunstâncias do caso, para descaracterizar o vínculo funcional objetivamente demonstrado”. Sua objeção ainda enfrentava outro argumento do relator Alexandre de Moraes: o de que as palavras de Eduardo Bolsonaro não tinham relação com o mandato, e por isso não estariam cobertas pela imunidade. Um absurdo quase inacreditável, já que toda a discussão girava em torno justamente de um projeto de lei, o centro da atividade parlamentar, embora saibamos que a alegação de “falta de relação com o mandato” já foi transformada em muleta por ministros do STF para perseguir qualquer deputado ou senador que diga algo desagradável aos supremos ouvidos. A rigor, não surpreende que Eduardo Bolsonaro tenha sido condenado por uma manifestação feita por mídias sociais; afinal, nem a tribuna da Câmara serve para proteger as palavras dos deputados – que o diga Marcel van

Hattem, denunciado pela Procuradoria-Geral da República por expor os abusos de um delegado da Polícia Federal, considerado o braço direito de Moraes. O ataque supremo à garantia democrática da imunidade parlamentar é uma das várias frentes de instabilidade institucional em que o STF jogou o Brasil; resolvê-la exige uma verdadeira limpeza na corte suprema, com a remoção dos ministros que abusaram de seu poder e a certeza de que os próximos indicados ao Supremo serão juristas comprometidos com a democracia e a separação de poderes. Isso só será possível se os brasileiros souberem escolher com sabedoria especial seu presidente da República e seus senadores no próximo domingo.



[Voltar ao índice](#)



Imagem de Nossa Senhora Aparecida no Santuário Nacional, durante a Assembleia Geral da CNBB. (Foto: Jaison Alves da Silva/CNBB)

OPINIÃO

Marcio Antonio Campos

Mentirosos querem transformar Nossa Senhora Aparecida em cabo eleitoral

Nossa Senhora Aparecida conseguiu mais um milagre: fez até militante socialista, daqueles que

desprezam tudo o que a Igreja é e tudo o que a Igreja prega, sair em defesa da Mãe de Jesus e exaltá-la como parte da identidade nacional. Mas, infelizmente, não é um caso de conversão em massa, e sim de cálculo político puro e simples, misturado com desonestidade. Falo, claro, da boataria sobre a tal tentativa de tirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil.

Parece que não foi a jornalista da GloboNews quem começou tudo (segundo a campanha de Flávio Bolsonaro, foi o cara da Dilma Bolada), mas, se não foi, a enorme difusão da mentira ocorreu graças a ela. E eu não digo que é irresponsabilidade, porque irresponsabilidade é fazer alguma coisa sem ter muita consciência do que está fazendo ou das consequências que aquilo terá. Toda vez que eu recebo qualquer mensagem alarmista sobre alguma lei, projeto de

lei, decreto ou medida provisória que determina algum absurdo, minha primeira reação é perguntar “qual é o número?” Todo projeto de lei, todo decreto, toda MP tem número, e o texto pode ser verificado no site da Câmara, do Senado ou da Presidência da República. A jornalista não perguntou o básico; passou adiante uma informação mentirosa, que foi retificada tarde da noite, mas àquela altura o estrago já estava feito. Por que não fez o básico? Se esqueceu, ela que me desculpe, mas não tem capacidade para estar no principal canal de notícias do país.

Mas então, qual é o número? É 2.623/07. Prevê isso mesmo que andaram divulgando, mas está arquivado desde 2008. Foi rejeitado na Comissão de Educação da Câmara, e nunca foi desarquivado. Fim da história. O mais incrível é que mesmo assim ainda tem site de esquerda

insistindo em manter o caso rodando, por exemplo dizendo que o autor do projeto foi assessor de Jair Bolsonaro, apoia a candidata presidencial de Flávio Bolsonaro e é candidato a deputado federal. Ou, ainda, usando uma fala do candidato do PL, que prometeu decretar que o Brasil “pertence a Jesus Cristo”, como sinal de que ele pretenderia “rebaixar” Nossa Senhora Aparecida.



É realmente coincidência que essa história sem fundamento algum tenha sido requentada dias depois de Lula dizer uma enorme besteira sobre o celibato sacerdotal e o sacerdócio exclusivamente masculino na Igreja Católica?

Não sejamos católicos ingênuos: existe, sim, uma ala radical do evangelicalismo brasileiro que tem uma profunda aversão pela Igreja, pelos católicos e por tudo que nos é caro, Nossa Senhora Aparecida inclusive; ficou muito famoso o caso da provocação de um cantor gospel na Marcha para Jesus de 2019, em São Paulo – evento que, ao menos na capital paulista, costuma acontecer no mesmo dia do nosso Corpus Christi, quando saímos às ruas em procissão com o Cristo na Eucaristia.

A representação parlamentar dessa ala tem crescido desde aquele distante 2008, quando o PL 2.623 foi arquivado. E, se dependesse única e exclusivamente dessa ala, não duvido nadinha que tentassem mais uma vez retirar o reconhecimento público da Virgem Aparecida –

porque padroeira do Brasil ela continuaria sendo, não é o Estado quem decide isso. Mas o que temos hoje não passa de um projeto arquivado.

E pensem aqui comigo: é realmente coincidência que essa história sem fundamento algum – e que já tinha sido usada em 2018, merecendo até checagem dos grandes sites de notícias – tenha sido requentada dias depois de Lula dizer uma enorme besteira, essa sim muito real, sobre o celibato sacerdotal e o sacerdócio exclusivamente masculino na Igreja Católica? Ninguém realmente desconfia de todas essas manifestações de amor pela Mãe Aparecida vinda de gente que passa a vida atacando a Igreja Católica e a sua doutrina? De um governo que passou quatro anos aproveitando toda brecha possível para ampliar o acesso ao aborto sem precisar mudar a lei? Qualquer eleitor com o desconfiômetro

minimamente regulado, e que não esteja anestesiado por idolatria político-partidária, será capaz de ver (e repudiar) a combinação de mentira e oportunismo eleitoreiro.

Mas não é só com esse pessoal que precisamos estar atentos. Muito padre e bispo saiu rapidamente em defesa de Nossa Senhora Aparecida nos últimos dias, e eu não tenho razão nenhuma para duvidar da sua devoção mariana. Mas, se esses mesmos padres e bispos que defendem a Mãe de Jesus diante de uma ameaça falsa ficaram bem caladinhos enquanto Lula realmente atacava a doutrina católica sobre o sacerdócio ao qual eles foram chamados, fora as outras afirmações recentes que beiram a blasfêmia (como dizer que o vermelho do PT é do “sangue de Cristo”, e não do socialismo que o partido defende desde a fundação; ou quando

Janja disse que Lula é o “verdadeiro ungido de Deus”), lamento informar que há uma chance razoável de eles estarem “fazendo o L”, selecionando sua indignação de acordo com seu candidato de estimação.

Comprar briga com a CNBB a essa altura é um erro estratégico brutal

Flávio Bolsonaro comentou o caso no fim de semana e botou no meio a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “O PT já estava há alguns dias tentando levantar essa fake news, conseguiu com ajuda de gente dentro da CNBB, infelizmente, essa é a realidade”. Não citou nenhum nome, não deu provas, nada. Só jogou o nome da instituição lá, que respondeu com uma nota de esclarecimento, finalizando com a frase “a mentira não se combate com outra mentira” –

pelo menos admitem que toda a história lançada nos últimos dias sobre Nossa Senhora Aparecida é mentira.

Mas, francamente, que belo tiro no pé. Todos sabemos que há bispos fechados com Lula. E que, na estrutura da CNBB, há assessores também muito ligados à Teologia da Libertação e à esquerda político-partidária. Mas, bem no momento em que se está consolidando a verdade, de que foi uma armação da campanha de Lula para tirar votos do candidato do PL entre os católicos, esse candidato me vai lá e compra briga com a instituição que representa todo o episcopado brasileiro, potencialmente mobilizando outros bispos, padres e leigos que não têm simpatia pelo PT, mas que também discordam de uma acusação feita sem provas? Parabéns aos envolvidos pela ideia de gênio.

“Bella Ciao” em assembleia de bispos não tem nada a ver com política, diz organizador dos encontros

E aí já estão tentando criar uma outra narrativa, que coloca o episcopado brasileiro em massa contra Flávio Bolsonaro e a favor de Lula. Para isso, já desenterraram até um vídeo de vários bispos, durante a Assembleia Geral da CNBB, cantando Bella Ciao, canção italiana que ganhou um revival graças à série La Casa de Papel. Acontece que Bella Ciao é uma espécie de “hino antifascista” popularizado pela esquerda; aí, o povo junta com a papagaiada do “Bolsonaro fascista”, e já viu. Acontece que vários bispos ali do vídeo não têm a menor simpatia pela esquerda. O momento musical, que ocorre todo ano, é organizado por dom Fernando Rifan, da Administração Apostólica São João Maria

Vianney, dedicada à celebração do rito tridentino – é ele quem está com a gaita (ou sanfona, ou acordeão, dependendo da latitude). “Quando dom Walmor [Azevedo, arcebispo de Belo Horizonte] foi presidente da CNBB [entre 2019 e 2023], ele sabia que eu tocava e me pediu para organizar um momento musical, para os bispos relaxarem. Desde então, fazemos isso todo ano. Eu que levo todos os instrumentos”, conta dom Rifan.



“Ali não tem conotação política nenhuma, nosso grupo de bispos é bem variado nesse sentido, naquele momento é tudo apenas música entre irmãos no episcopado.”

Dom Fernando Rifan, sobre vídeo com bispos cantando "Bella Ciao" durante a Assembleia Geral da CNBB.

O repertório das jam sessions, como atestam outros vídeos desses momentos que circulam por aí, é bem variado. “Nós tocamos de tudo, vão dando sugestões e vamos incorporando. Houve uma época em que Bella Ciao estava na moda por causa do seriado La Casa de Papel, e foi assim que começamos a cantar”, conta o bispo, que só depois soube que havia um uso político recente da canção tradicional italiana. “Mas ali não tem conotação política nenhuma, nosso grupo de bispos é bem variado nesse sentido, naquele momento é tudo apenas música entre irmãos no episcopado”, acrescenta dom Rifan, que lamenta o uso político-partidário do vídeo com os bispos.

Não sou teólogo especializado no fim dos tempos, mas tenho para mim que, no dia do juízo, Jesus talvez seja bastante misericordioso com os

que O ofenderam diretamente com seus pecados, mas não haverá de pegar tão leve com quem está usando Sua Mãe de forma tão desonesta – seja político, jornalista, influenciador, padre e até bispo.



Autor: Marcio Antonio Campos é editor de Opinião da Gazeta do Povo. Autor de "A razão diante do enigma da existência" e coautor de "Bíblia e natureza: os dois livros de Deus – reflexões sobre ciência e fé", mantém a coluna quinzenal Tubo de Ensaio, sobre a relação entre ciência e religião, e uma coluna semanal sobre temas relacionados à Igreja Católica. Em 2025, cobriu em Roma o conclave que elegeu o papa Leão XIV. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Com postura conciliadora, Flávio está colhendo os resultados. (Foto: André Coelho/EFE)

OPINIÃO

Rodrigo Constantino

Flávio acertou ao decidir agir como o agregador que não caçou traidores

Flávio Bolsonaro colou no Nikolas Ferreira, atraiu a Michelle Bolsonaro para sua campanha,

aproximou-se do Deltan Dallagnol, não implodiu a ponte sequer com o Zema, mesmo após duras críticas do mineiro. Flávio colocou Daniella Marques como o rosto de seu projeto econômico, acenando para o mercado financeiro que teria um governo liberal e reformista como o de seu pai, com Paulo Guedes. Em suma, Flávio foi agregador. Levou a sério o slogan de ser o Bolsonaro moderado. É o mais diplomático dos filhos, aquele que agiu como bombeiro em crises, inclusive com o STF. Sua campanha já teria até avisado aos ministros que seu governo não seria de revanchismo. É preciso garantir governabilidade e focar nas pautas prioritárias para o povo.

Com essa postura conciliadora, Flávio está colhendo os resultados. Quem ficou o tempo todo

caçando “traidor” não entendeu o óbvio: eleição se ganha somando, não expurgando. Ninguém pode vencer apenas com a bolha das redes sociais, pregando para convertidos e alimentando fanatismo.



Não é santidade. É cálculo político, necessário aos vencedores. O eleitor antipetista está maior do que a seita. Flávio se deu conta de que o pleito deve ser um plebiscito sobre o lulismo, não sobre o bolsonarismo

Os irmãos mais barulhentos, Carlos e Eduardo, tratam a política como inquérito permanente. Quem discordava um milímetro virava inimigo. Quem negociava virava infiltrado. Quem falava com o centro virava entreguista – ainda que o

próprio Eduardo tenha indicado candidato do centrão em São Paulo. Resultado conhecido: isolamento, racha e urna contra. Não foram poucos os influenciadores que se afastaram da campanha do Flávio por conta dessa postura dos seus irmãos. Com razão, gostariam de saber se seu eventual governo teria a cara de um Paulo Guedes ou de um Kim Paim. Mas a cúpula da campanha foi hábil e conseguiu isolar os irmãos. Flávio fez o contrário do que sugeria Eduardo e seus “minions”. Colou em Nikolas Ferreira, o ativo mais forte da direita mineira e das redes sociais. Sempre elogiou o jovem deputado, enquanto a turma eduardista o tratava como um inimigo. Trouxe a Michelle de volta para a campanha, depois de um racha que quase virou novela.

Não brigou com Tarcísio. Não rompeu elos com Salles. Abriu canal com Deltan Dallagnol e Sergio Moro no Paraná – ambos lideram as pesquisas para Senado e governo do Estado, respectivamente. Não detonou o Zema, mesmo com o governador teimando em ficar na disputa com 1% e sendo comparado a Adélio Bispo pela turma de Eduardo. E ainda manteve Daniela Marques no radar – nome do Republicanos, com passagem pela Caixa, discurso de mulher evangélica e defensora do liberalismo que o núcleo duro da família às vezes despreza. Ou seja, Flávio se uniu à “direita limpinha”, em vez de rechaçar potenciais apoiadores, como desejava a militância radical. Focou no ponto de chegada, engoliu sapos e controlou o ego e as emoções. São características de um bom político, habilidoso em formar consensos com base nos denominadores comuns. Se concorda 80% comigo é meu amigo,

não inimigo a ser destruído, como ensinou Reagan.

Não é santidade. É cálculo político, necessário aos vencedores. O eleitor antipetista está maior do que a seita. Flávio se deu conta de que o pleito deve ser um plebiscito sobre o lulismo, não sobre o bolsonarismo. Para vencer, precisa dos votos dos indecisos que não gostam dele, mas odeiam mais o Lula. Deltan e Moro reforçam o “lavajatismo”, tão importante para a vitória de Jair em 2018. Michelle e Nikolas falam com evangélicos que o sobrenome sozinho já não segura. Daniela Marques é ponte com o mercado que a cartilha dos irmãos só sabe xingar. Alfredo Gaspar foi golaço para resgatar a mensagem de combate à corrupção, especialmente contra o lulismo. Quem prefere a “pureza” à vitória vai continuar caçando herege até o segundo turno –

ou até perder. Quem prioriza disputas internas pelo comando da direita, e não o país, vai só afastar aliados importantes. Flávio escolheu o caminho oposto. Por isso, neste momento, é o único da direita com chance real de impedir mais quatro anos de Lula, Dino e o Supremo como partido. Agregar cansa. Caçar traidor é mais fácil e divertido, rende curtidas de gente com baixo QI. E costuma terminar na oposição.



Autor: Rodrigo Constantino é economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja, O Globo e Gazeta do Povo.

Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Embates entre ministros do STF e do TSE voltaram a ganhar força na reta final do primeiro turno da eleição. (Foto: André Borges/EFE)

Escalada de crise no Supremo

Qual o peso do STF na eleição de domingo?

Por Rose Amantéa

A crise do Supremo Tribunal Federal (STF) voltou a escalar a quatro dias do primeiro turno das eleições, acendendo o alerta sobre a possibilidade

de afetar votos decisivos em um cenário de disputa apertada. A mais prejudicada pode ser a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A temperatura da Corte havia arrefecido após o pedido de vista do ministro Flávio Dino, em 15 de setembro, que suspendeu a análise de uma questão de ordem relacionada às petições do caso do Banco Master envolvendo supostos diálogos de Daniel Vorcaro, ex-dono do banco, com o ministro Alexandre de Moraes.

Mas a disputa em torno da retirada de publicações sobre Nossa Senhora Aparecida, iniciada na sexta-feira (25), desencadeou um novo ciclo de embates entre os ministros. Naquele dia, o ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou a remoção de conteúdos que associavam Flávio Bolsonaro (PL) à suposta intenção de retirar da

santa o título de Padroeira do Brasil. Em decisão monocrática, Flávio Dino derrubou no domingo (27) a determinação e liberou a circulação das publicações, sob o argumento de proteção à liberdade de expressão e religiosa.

Na segunda-feira (28), Luiz Fux suspendeu a decisão de Dino e restabeleceu a ordem de Mendonça para que os conteúdos fossem retirados do ar. Fux determinou ainda que as plataformas cumprissem a ordem em 24 horas e que o caso fosse submetido ao plenário do STF.

Decisões monocráticas do STF voltam aos holofotes

A sucessão de decisões individuais, em sentidos opostos e em intervalo de poucos dias, recolocou no centro do debate a atuação do Supremo às

vésperas da eleição. O episódio levou o presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques, a manifestar preocupação com uma possível sobreposição entre as decisões do Supremo e da Justiça Eleitoral. Em ofício encaminhado ao presidente do STF, Edson Fachin, Nunes Marques classificou a situação como uma “indevida sobreposição de competência” e pediu medidas para evitar interferências do Supremo em decisões da Justiça Eleitoral. "As divergências entre os ministros são muito grandes e continuam sendo expostas à sociedade", diz Leandro Gabiati, da Dominium. "As decisões monocráticas mostram que eles não estão se entendendo e que temos, de fato, problemas dentro do processo decisório do STF, com potencial para impactar o processo eleitoral."

Campanha de Lula está em alerta

A preocupação com os efeitos eleitorais da crise no Supremo ganha relevância para a campanha do presidente Lula. Na pesquisa Datafolha realizada de 15 a 17 de setembro, período que incluiu a sessão do Supremo sobre o caso do Banco Master, 38% dos eleitores apontaram Lula como o candidato prejudicado pela crise envolvendo o STF e o banco, contra 31% que citaram Flávio Bolsonaro. Entre os eleitores de Flávio, a diferença foi ainda maior: 39% disseram que Lula era o prejudicado, ante 28% que apontaram o próprio candidato. Ao mesmo tempo, 47% dos eleitores disseram que a crise teria alguma influência na definição do voto para presidente, sendo que o percentual foi de 43% entre os eleitores não alinhados nem ao petismo nem ao bolsonarismo.

Os dados não permitem atribuir à crise uma mudança na intenção de voto, mas mostram que, naquele momento, o episódio era percebido como potencialmente mais prejudicial a Lula do que a Flávio.

Gabiati admite que, apesar da falta de dados sobre um impacto negativo direto sobre a campanha de Lula, o mandatário está mais exposto a um desgaste que pode se traduzir em consequência eleitoral. “O Lula hoje é o presidente da República, estamos num sistema presidencialista”, enfatiza. “Tudo que acontece de bom e tudo que acontece de ruim, ainda que o presidente não tenha responsabilidade direta, ele acaba de alguma forma absorvendo o ônus de determinada situação”, explica.

Já Murilo Hidalgo, presidente do Instituto Paraná Pesquisas, faz uma leitura mais direta. Para ele, “qualquer crise no STF nesse momento beneficia um pouco o Flávio Bolsonaro” e favorece de maneira mais acentuada candidatos ao Senado que fazem oposição à Corte. Na avaliação de Hidalgo, isso ocorre porque a percepção de instabilidade institucional pode atingir o presidente da República e porque, na sua leitura, o STF é percebido pela população como mais próximo de Lula.

Adriano Cerqueira, do Ibmecc, lembra ainda que os Bolsonaros são identificados por grande parte do eleitorado como as principais “vítimas políticas” do STF. “O eleitor sabe que Lula contou com forte apoio do STF durante seu governo atual, desde questões fiscais e, recentemente, eleitorais, como

a liminar do Gilmar [Mendes] que permitiu o reajuste do Bolsa Família às vésperas da eleição."

A decisão de Gilmar Mendes, de 18 de setembro, reconheceu a validade do reajuste de 15,04% do Bolsa Família e considerou que a medida não afronta as regras eleitorais.

Crise do STF perdeu peso, diz analista

Para Alexandre Manoel, da Global Analytics, o eventual desgaste de Lula decorre da associação com o STF. Embora a dimensão institucional continue relevante, na avaliação dele o Supremo tem perdido peso como fator eleitoral imediato. Para ele, houve o desgaste de Lula por associação, mas a campanha "mudou de eixo". "Ao deslocar a discussão para temas de impacto mais direto na vida das pessoas — como a proibição das bets, as

canetas emagrecedoras e o reajuste do Bolsa Família —, Lula retomou a iniciativa e obrigou os adversários a reagirem à pauta escolhida por ele", afirma. "As pesquisas mais recentes apontam uma recuperação gradual do presidente, ainda dentro de um quadro de disputa apertada. É cedo para atribuir esse movimento a uma medida específica, mas a mudança de agenda parece ter reduzido o espaço da crise do STF na eleição", explica Manoel.

Na mesma linha, Gabiati afirma que o eleitor pondera outros assuntos, como segurança, economia, poder de compra, inflação, consumo e endividamento. "Lula tem utilizado todas as ferramentas à disposição para tentar garantir a reeleição", observa. "Ele havia perdido a iniciativa política, mas recuperou espaço com uma série de decisões e políticas públicas, movimento que já

se refletiu nas pesquisas mais recentes", pontua Gabiati. Mesmo assim, Manoel argumenta que a questão central é se Lula conseguirá manter o protagonismo que recuperou ao mudar a pauta da campanha.

No segundo turno, a tendência apontada pelos analistas é de uma disputa ainda mais acirrada, com parte dos votos dos demais candidatos de direita migrando para Flávio.

Na visão de Gabiati, ao transformar os números das pesquisas em votos, a diferença entre Lula e Flávio pode ser inferior a 1 milhão de votos. Em 2022, a diferença foi de 2,14 milhões de votos. "Agora, estamos falando de uma margem que pode representar menos de 1% do eleitorado", diz. "Com uma diferença dessas, uma variação na

abstenção pode fazer diferença para um candidato ou para outro”, afirma o cientista político.

Metodologia das pesquisas citadas

Datafolha — 15 a 17 de setembro de 2026: 2.001 entrevistas presenciais, em 125 municípios, com eleitores de 16 anos ou mais de todas as regiões do país. Margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. Registro no TSE: BR-04029/2026.



Voltar ao índice



Lula em evento público em São Gonçalo (RJ): candidato quer usar bets para atrair mais eleitores (Foto: Ricardo Stuckert)

Apostas online

Oito alertas que o governo Lula ignorou sobre as bets

Por Vandr  Kramer

Antes de decidir proibir as bets por meio de medida provisória anunciada nesta sexta (25), o governo Lula foi alertado algumas vezes sobre os

efeitos que a regulamentação das apostas online poderia causar. Bancos, economistas, entidades do comércio e órgãos públicos anunciavam o mesmo desastre: a jogatina sem travas estouraria no bolso das famílias mais pobres. Os avisos se confirmaram: R\$ 220,6 bilhões movimentados em apostas em 2025 e perdas líquidas de R\$ 37 bilhões para os apostadores.

A inadimplência geral do país bateu recorde histórico, parte do dinheiro do Bolsa Família escorreu para as casas de apostas e metade do mercado segue nas mãos de clandestinos.

As bets foram legalizadas em dezembro de 2018, no fim do governo Michel Temer, com prazo de dois anos para regulamentação, com tempo adicional de mais dois. Ao assumir o terceiro mandato, Lula enxergou nas bets uma

oportunidade de receita rápida para ajudar a cumprir as metas fiscais do então ministro da Fazenda Fernando Haddad. O mercado regulado entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 — com o centro de gravidade do governo na liberação de licenças e na arrecadação, não na proteção social.

1. O crédito que os bancos cortaram

Quem alertou

- Consultoria Legislativa do Senado
- Febraban
- Banco Central do Brasil
- Ibevar/FIA Business School
- Insper e StoneCo

As justificativas

A Consultoria do Senado e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) alertaram que o avanço descontrolado das bets formaria uma "bolha de inadimplência" no sistema financeiro. Isaac Sidney, presidente da Febraban, defendeu a proibição imediata do uso do Pix para apostas, e o Banco Central alertou que o vínculo entre crédito e apostas destruiria a capacidade de pagamento das famílias.

Em março de 2026, o Ibevar e a FIA demonstraram que as bets se tornaram o principal fator isolado de endividamento do país — com pressão quase duas vezes maior do que juros altos e expansão do crédito. O estudo do Insper/StoneCo comprovou o nexo causal: entrar nas bets aumenta em 19,7% a probabilidade de

inadimplência geral e em 38,7% a do cartão de crédito, levando os bancos a cortarem 16% dos limites dos clientes.

Quando

2023 a 2026

Desfecho

Ignorado. O Executivo aprovou o marco legal e baixou portarias operacionais sem impor travas severas ao Pix ou restrições prévias no sistema bancário, focando a agenda na liberação das licenças e na arrecadação.

2. A sangria das bets no consumo essencial

Quem alertou

- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
- Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL)
- Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC)
- Fecomércio-SP (2024)
- Genial Investimentos (2024)
- BTG Pactual (2026).

As justificativas

As bets direcionaram renda que antes abastecia o comércio de bens, os serviços e o pagamento de dívidas do orçamento doméstico. Estimativas da CNC indicam que, entre janeiro de 2023 e março

de 2026, retirou-se do varejo o equivalente a dois Natais inteiros em vendas (R\$ 143 bilhões). Outras entidades apontaram que 46% dos apostadores deixaram de consumir itens essenciais, como vestuário e supermercado, e 15% deixaram de pagar contas de luz e água para apostar.

Quando

Em 2024 e 2026

Desfecho

Ignorado. O Executivo desconsiderou o impacto na economia real durante a tramitação do projeto. Diante da inércia do governo federal, a CNC recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, para tentar suspender a eficácia da lei.

3. O desvio de bilhões do Bolsa Família

Quem alertou

- Banco Central, solicitado pelo Senado
- Tribunal de Contas da União.

As justificativas

Em agosto de 2024, 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família transferiram R\$ 3 bilhões por Pix para plataformas de apostas. O TCU confirmou a gravidade da situação, ressaltando que 37% dos apostadores entrevistados em pesquisas de campo admitiram usar dinheiro destinado a despesas essenciais e de subsistência para jogar.

Quando

2024 e 2026

Desfecho

Ignorado no desenho da lei. O texto da Lei 14.790/2023 não previu qualquer filtro de cruzamento de CPFs de programas sociais com o cadastro de apostadores. Só depois da divulgação do relatório do Banco Central e da pressão política, em outubro de 2024 e ao longo de 2026, o governo reagiu e bloqueou o uso de cartões do Bolsa Família, do BPC e do Fies nas casas de apostas.

4. A saúde que as bets deixaram em segundo plano

Quem alertou

- Pesquisadores da área de saúde pública
- ONGs e especialistas em vício (SOS Jogador)
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

- Ministério da Saúde (2026).

As justificativas

Uma pesquisa feita pela cientista Daria Ukhova, da Universidade de Glasgow (Reino Unido) e publicada na revista *The Lancet Public Health* em janeiro de 2024, mostrou que, embora existam jurisdições com regras mais rígidas, a maioria das legislações nacionais foca em estruturar o mercado comercial e arrecadar impostos, negligenciando os impactos sociais e na saúde da população. Um levantamento da Folha de S. Paulo analisou 555 compromissos da agenda do alto escalão do Ministério da Fazenda. Entre março de 2023 e julho de 2024, diretores da pasta participaram de 251 reuniões com representantes de empresas de apostas — e de apenas cinco com profissionais da saúde. Dados oficiais mostram que os afastamentos do trabalho pagos pelo INSS

por jogo patológico saltaram de um caso em junho de 2023 para 62 em junho de 2026, enquanto os atendimentos a dependentes no SUS cresceram quase 140% no mesmo período.

Quando

2024 a 2026

Desfecho

Ignorado na concepção. O Ministério da Saúde foi preterido durante a tramitação da lei. Somente após o alastramento do vício (ludopatia), a pasta passou a classificar a situação como uma "pandemia" e a tentar articular redes de apoio no SUS e no SUAS.

5. O passivo bilionário da pressa

Quem alertou

- Ibevar/FIA Business School
- Especialistas em direito regulatório e esportivo
- Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL).

As justificativas

A arrecadação federal com a tributação de jogos de azar e apostas online (bets) foi de R\$ 9,91 bilhões entre janeiro e agosto de 2026 — alta de 69,3% na comparação com os oito primeiros meses de 2025, segundo a Receita Federal. Ainda assim, especialistas avaliam que a arrecadação é uma "ilusão fiscal": o desvio de dinheiro de investimentos e do consumo reduz o recolhimento de Imposto de Renda sobre ganhos de capital e tributos sobre vendas no comércio, enquanto os custos públicos com saúde,

assistência social e recuperação de inadimplentes superam os ganhos tributários.

Além disso, juristas alertam que proibir o setor por medida provisória criará um passivo jurídico bilionário para a União. Foram 85 empresas que pagaram outorgas de R\$ 30 milhões cada — R\$ 2,55 bilhões no total — para operar por cinco anos. Um cancelamento abrupto sujeita o Estado a ações indenizatórias por investimentos realizados, quebra de contratos e lucros cessantes, que podem chegar a dezenas de bilhões de reais. “Que imagem o país está passando para as empresas em geral, não só empresas de apostas esportivas, que, numa medida simplesmente de uma pessoa, que é o presidente da República, pode acabar com a atividade que está funcionando”, questiona Luciano Andrade Pinheiro, advogado especialista

em Direito Desportivo e sócio do Corrêa da Veiga Advogados.

Quando:

entre 2025 e 2026

Desfecho:

A pressa em regulamentar e turbinar a arrecadação se sobrepôs às análises de risco de médio e longo prazo. Quando a crise estourou, o governo anunciou um pacote de medidas para encerrar o mercado sem mensurar o prejuízo fiscal colateral.

6. Mais apostadores do que investidores

Quem alertou

- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima)
- Pesquisadores e cientistas de dados
- Insper e StoneCo

As justificativas

O Brasil atingiu a marca histórica de ter mais apostadores do que investidores: 22 milhões contra 21 milhões, segundo pesquisa da Anbima. A entidade alertou que 22% dos apostadores viam erroneamente as bets como "investimento financeiro" ou "renda extra", atraídos pela promessa de ganhos rápidos promovida por influenciadores digitais. O estudo do Insper/StoneCo revelou que a liquidez e o saldo médio bancário das famílias despencam 43% no mês seguinte ao início das apostas, destruindo a

poupança e o capital de giro de pequenos trabalhadores e autônomos.

Quando

Desde 2023

Desfecho

O governo permitiu a veiculação ostensiva de campanhas publicitárias com influenciadores sem exigir alertas claros de risco. As regras que endurecem a publicidade e proibiam associar bets a "investimento" só foram editadas pela SPA no meio de 2026.

7. O mercado de bets que nunca saiu das sombras

Quem alertou

- TCU
- Polícia Federal e Ministério da Fazenda
- CPI das Bets do Senado

A justificativa

A morosidade do governo federal em regulamentar e fiscalizar criou uma janela de oportunidade para a consolidação de operadoras clandestinas. A liberação ocorreu no final de 2017, no governo Michel Temer, e a regulamentação só começou a ser construída a partir de 2023, entrando em vigor em 2025. O TCU revelou que entre 41% e 51% de todo o mercado de apostas no Brasil permaneceu na clandestinidade mesmo com o mercado regulado desde 2025, aponta estudo do Insper/StoneCo, movimentando de R\$ 26 bilhões a R\$ 40 bilhões por ano fora do alcance do Fisco. Realizada em julho, a Operação

Slots, da Polícia Federal, bloqueou R\$ 951,1 milhões de um grupo suspeito de usar influenciadores na promoção de sites ilegais que simulavam selos oficiais e enganavam os consumidores.

Quando

Alertas durante a transição regulatória em 2024 e confirmados em 2025–2026.

Desfecho

Atendido com atraso parcial. A falta de estrutura fiscalizatória inicial permitiu que redes de lavagem de dinheiro e fraudes se entranhassem no mercado nacional antes que a Anatel e a Polícia Federal comesçassem a derrubar dezenas de milhares de domínios irregulares em 2025 e 2026.

8. Os jovens pagam a conta mais cara

Quem alertou

- Insper e StoneCo
- Strategy& / PwC

As justificativas

O avanço das bets atinge de modo profundamente desigual e regressivo os segmentos mais jovens e vulneráveis da população. A PwC mostrou a altíssima adesão (29%) entre os jovens nascidos a partir de 1995 e entre as classes de baixa renda. O estudo do Insper/StoneCo comprovou que a alta na inadimplência de jovens de 18 a 24 anos provocada pelas bets é 2,6 vezes maior do que em adultos com 45 anos ou mais. Além disso, os bancos reagem ao surgimento do hábito de apostar com cortes nos limites de crédito 2,6

vezes mais severos para os tomadores de baixa renda, estrangulando financeiramente quem tem menor margem de manobra.

Quando

2024 e 2026

Desfecho

Ignorado. O governo não desenhou qualquer salvaguarda de crédito ou restrição de limites operacionais voltada aos jovens e à população de baixa renda antes de liberar o mercado.



Voltar ao índice



Mensagens revelam como Walfrido Warde ofereceu uma estratégia para tentar livrar Alexandre de Moraes das sanções da Lei Magnitsky. (Foto: Ton Molina/STF)

Ataques de baixo custo

Drones baratos desafiam arsenais bilionários

Por John Lucas

A guerra na Ucrânia abriu um debate dentro das grandes potências militares ocidentais sobre o custo de se manter um conflito prolongado. No

centro dessa discussão está a seguinte questão: até que ponto é possível continuar utilizando caças, mísseis e sistemas de defesa extremamente caros para enfrentar armas relativamente baratas, fáceis de produzir em grande quantidade e rapidamente substituíveis, como os drones?

Países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) já precisaram mobilizar equipamentos e munições que custam milhões de dólares para responder a incursões de drones russos relativamente baratos no espaço aéreo da aliança no Leste Europeu. No ano passado, por exemplo, cerca de duas dezenas de drones russos entraram no território da Polônia e levaram a Otan a acionar caças F-16 poloneses, F-35 holandeses, uma aeronave italiana de alerta

aéreo, aviões de reabastecimento e sistemas Patriot alemães.

Só os três mísseis AIM-9 Sidewinder disparados por F-35 aliados para derrubar três dos drones custaram mais de US\$ 1,4 milhão (R\$ 7,3 milhões), sem contar combustível, horas de voo, manutenção e os demais equipamentos mobilizados durante a operação.

O cálculo foi apresentado neste mês em um relatório elaborado por Annamaria Cantore, diplomata do Ministério das Relações Exteriores da Lituânia, para a Heritage Foundation, think tank conservador americano. Segundo o estudo, cada míssil custava mais de 400 mil euros (R\$ 2,4 milhões), enquanto os drones abatidos valiam apenas alguns milhares de euros.

Em maio, a Romênia acionou novamente caças F-16 depois que um drone russo entrou no espaço aéreo do país durante uma ofensiva contra a Ucrânia e atingiu um prédio residencial em Galați, perto da fronteira, deixando duas pessoas feridas. Em junho, dois caças Rafale franceses que participavam da missão de policiamento aéreo da Otan nos países bálticos foram acionados após outra incursão de drones na Letônia.

Em análise publicada em setembro do ano passado pelo think tank International Institute for Strategic Studies (IISS), instituto britânico especializado em defesa e segurança, o pesquisador Charlie Edwards estimou em cerca de US\$ 11,8 mil (R\$ 61,2 mil) o custo dos drones simples utilizados na incursão contra a Polônia. Ao menos parte deles foi identificada como sendo

o modelo Gerbera, unidade russa de baixo custo construída com materiais como compensado e espuma e utilizado principalmente para confundir e sobrecarregar sistemas de defesa aérea.

Segundo Edwards, a resposta com caças, aeronaves de alerta e reabastecimento e mísseis ar-ar expôs uma vulnerabilidade da Otan: se empregada em grande escala, uma ofensiva com centenas de drones baratos russos poderia pressionar rapidamente os estoques de interceptadores caros da aliança.

A guerra na Ucrânia como exemplo

Rússia e Ucrânia perceberam ao longo da atual guerra que um conflito prolongado não pode depender apenas das armas mais sofisticadas de

seus arsenais. Mesmo um equipamento tecnicamente superior pode se tornar uma solução difícil de sustentar quando custa centenas de milhares ou milhões de dólares, leva meses para ser produzido e precisa enfrentar ameaças fabricadas aos milhares por uma pequena fração desse valor.

Por isso, os dois países passaram a apostar na produção e na aquisição em massa de drones relativamente baratos para empregá-los em missões de reconhecimento, ataques contra tropas e equipamentos, operações de longo alcance e até na interceptação de outros drones. A lógica é utilizar equipamentos de menor custo quando eles são suficientes e preservar os sistemas mais caros para as ameaças que realmente exigem suas capacidades.

Os russos investiram na parceria com o regime do Irã para adquirir e produzir drones de ataque Shahed-136, cuja versão fabricada na Rússia passou a ser conhecida como Geran-2. Diferentemente dos Gerbera utilizados principalmente para distrair e saturar as defesas inimigas, esses equipamentos carregam ogivas e são empregados diretamente contra alvos. Estimativas reunidas pelo CSIS, think tank americano especializado em segurança e defesa, colocam o custo unitário desses equipamentos entre US\$ 20 mil e US\$ 50 mil (R\$ 103,8 mil a R\$ 259,5 mil).

Por sua vez, os ucranianos apostaram principalmente na produção em massa de drones menores e ainda mais baratos. Um exemplo são os Shrike, fabricados pela empresa ucraniana SkyFall: um lote de 50 mil unidades financiado

pela Alemanha por cerca de 90 milhões de euros (R\$ 531,6 milhões) neste ano colocou o custo médio em aproximadamente US\$ 2 mil por drone (R\$ 10,4 mil).

A Ucrânia já demonstrou na prática o tamanho do dano que drones relativamente simples podem causar a equipamentos muito mais caros. Na Operação Teia de Aranha, no ano passado, o serviço de segurança ucraniano lançou 117 drones FPV (que transmitem imagens em óculos de realidade virtual no momento do ataque) a partir de caminhões posicionados perto de bases aéreas russas para atacar a aviação militar estratégica de Moscou. Os equipamentos utilizados, identificados como drones Osa, fabricados pela empresa ucraniana First Contact, custavam cerca de US\$ 2,5 mil a US\$ 3 mil por unidade (R\$ 13 mil a R\$ 15,6 mil). Autoridades americanas disseram

à agência Reuters que até 20 aeronaves foram atingidas naquele ataque e cerca de dez destruídas, entre elas bombardeiros Tu-95 e Tu-22M3, modelos antigos e difíceis de substituir.

Em estudo publicado em maio do ano passado pelo CSIS, Benjamin Jensen, diretor do Futures Lab da instituição, e o pesquisador Yasir Atalan, afirmaram que os drones baratos permitem impor um desgaste desproporcional ao adversário. Mesmo quando são destruídos, eles obrigam o defensor a manter radares, equipes e sistemas de defesa mobilizados e podem levá-lo a consumir munições muito mais caras para contê-los. Para os pesquisadores, uma defesa sustentável precisa evitar essa troca desfavorável e utilizar alternativas mais baratas sempre que elas forem capazes de neutralizar uma ameaça.

Otan e Europa começam a reavaliar estratégia para uma guerra prolongada. Tanto a Europa quanto a Otan já começaram a buscar maneiras de derrubar drones baratos sem que cada interceptação obrigue o uso de armas muito mais caras e difíceis de repor.

Em junho, o secretário-geral da aliança, Mark Rutte, afirmou que, no longo prazo, a Otan não pode continuar derrubando drones com interceptadores de alto custo e disse que a aliança precisa encontrar tecnologias de defesa cujo preço esteja mais próximo daquele das próprias ameaças.

A ideia que começou a ganhar espaço dentro da aliança é a de ampliar a defesa em camadas: utilizar diferentes tipos de armas conforme o valor, a velocidade, o alcance e o grau de ameaça

representado por cada alvo. Assim, sistemas sofisticados ficam reservados para aeronaves e mísseis contra os quais suas capacidades são indispensáveis, enquanto drones mais simples podem ser enfrentados por guerra eletrônica, canhões, foguetes de menor custo ou outros drones.

Na edição deste ano do relatório Military Balance, publicado em fevereiro, o think tank IISS apontou que a Europa precisa ampliar seus estoques de interceptadores de baixo custo para enfrentar ataques com grandes quantidades de drones sem consumir rapidamente seus mísseis mais sofisticados. Segundo o instituto, o desafio dos europeus neste momento não é apenas desenvolver armas mais baratas, mas conseguir produzi-las aos milhares e repô-las na mesma

velocidade em que podem ser utilizadas durante uma guerra prolongada.

Europa quer produção em massa de drones e Otan vai investir US\$ 40 bilhões em capacidade antidrones

A busca pela produção e compra de equipamentos mais baratos para conter ataques de drones já está nos planos da União Europeia. Em fevereiro deste ano, a Comissão Europeia – braço executivo da UE – apresentou seu Plano de Ação sobre Segurança de Drones e Antidrones e colocou entre as prioridades acelerar o desenvolvimento de tecnologias de defesa acessíveis e levá-las rapidamente à produção em massa. O objetivo é criar uma base industrial no continente capaz de fornecer grandes quantidades de equipamentos

para uma guerra na qual sistemas não tripulados podem ser utilizados e perdidos aos milhares.

Por sua vez, os países-membros da Otan anunciaram que pretendem destinar mais de US\$ 40 bilhões (R\$ 207,6 bilhões) nos próximos cinco anos ao desenvolvimento e à aquisição de capacidades para enfrentar drones. O pacote não se limita apenas a interceptadores baratos e inclui diferentes tecnologias necessárias para detectar, identificar e neutralizar esses equipamentos.

A Otan anunciou também a criação de um mercado próprio de sistemas antidrones, no qual equipamentos previamente testados e compatíveis com os padrões da aliança poderão ser adquiridos pelos países-membros com maior rapidez. A organização pretende ainda

multiplicar por cinco o número de operadores de drones treinados na aliança até o fim de 2027.

Estados Unidos querem drones baratos em todas as unidades militares

Os Estados Unidos também já começaram a adaptar sua estratégia militar à necessidade de possuir armas que possam ser compradas, utilizadas e substituídas em grande quantidade. Em julho do ano passado, o secretário de Guerra, Pete Hegseth, assinou uma diretriz intitulada "Unleashing U.S. Military Drone Dominance" que determinou ao Pentágono ampliar rapidamente a compra de drones de baixo custo produzidos nos Estados Unidos.

No documento, Hegseth afirmou que adversários dos Estados Unidos já produziam milhões de

drones baratos por ano e reconheceu que as forças americanas ainda não estavam equipadas na mesma escala. A determinação estabeleceu como objetivo que, até o fim deste ano, cada pequeno grupo de combate das forças americanas tenha acesso a drones baratos e descartáveis, com prioridade inicial para unidades destinadas à região do Indo-Pacífico.

Em janeiro deste ano, uma força-tarefa criada pelo Pentágono assinou um contrato de US\$ 5,2 milhões (R\$ 27 milhões) com a empresa Perennial Autonomy para adquirir o Bumblebee V2, um pequeno drone desenvolvido especificamente para perseguir e atingir outros drones no ar.

O Exército americano descreveu o equipamento como um interceptador cinético de baixo custo. O

número de unidades incluídas no contrato e o preço unitário não foram divulgados. Contudo, em entrevista à emissora CBS News em abril, o tenente-coronel Alex Morse, responsável por aquisições da força-tarefa antidrones dos EUA JIATF-401, afirmou que o Bumblebee custa "muito menos que os interceptadores tradicionais" e que o objetivo do Exército americano era reduzir seu preço de produção para uma faixa de menos de US\$ 10 mil por unidade (R\$ 51,9 mil).

O Bumblebee funciona como uma espécie de drone kamikaze interceptador: identifica e persegue o drone inimigo até atingi-lo diretamente, destruindo o alvo e sendo também perdido na colisão. Contudo, diferentemente dos drones kamikaze usados contra tropas, veículos ou infraestrutura, ele foi desenvolvido

especificamente para combater outras aeronaves não tripuladas no ar. Segundo o Exército americano, a intenção é fornecer às tropas uma alternativa economicamente mais sustentável para ameaças contra as quais o emprego de um míssil convencional seria desproporcional.

Em julho, o Exército americano abriu ainda a competição xTech Apex Intercept, com até US\$ 8 milhões (R\$ 41,5 milhões) em prêmios para empresas desenvolverem tecnologias destinadas a reduzir o preço dos interceptadores de drones. O programa procura desde sistemas completos até motores, sensores e sistemas de orientação que possam ser fabricados de forma mais barata e em grande escala. Segundo o próprio Exército, o objetivo da medida é aumentar a quantidade de interceptadores de drones disponíveis ao mesmo

tempo em que reduz o custo necessário para destruir ameaças numerosas.

No ano passado, os Estados Unidos já colocaram em operação no Oriente Médio o LUCAS, sigla em inglês para Sistema de Ataque de Combate Não Tripulado de Baixo Custo, um drone kamikaze desenvolvido para levar essa mesma lógica de produção em massa também às missões ofensivas. O equipamento custa aproximadamente US\$ 35 mil por unidade (R\$ 181,7 mil), segundo o Comando Central dos Estados Unidos (Centcom), e foi projetado para ser relativamente simples, descartável e capaz de ser fabricado em grande quantidade.

O LUCAS foi desenvolvido pela empresa americana SpektreWorks a partir de um conceito semelhante ao do Shahed-136 iraniano.

Diferentemente do Bumblebee, criado para perseguir e destruir outros drones, ele transporta uma carga explosiva até o alvo e é perdido durante o ataque. O projeto também foi estruturado para ser produzido por diferentes fabricantes, facilitando uma eventual ampliação das linhas de produção. O sistema foi empregado em combate pela primeira vez durante as operações americanas contra o Irã.

Reino Unido incorpora tecnologia da Ucrânia e acelera corrida por drones baratos

O Reino Unido está utilizando a experiência da Ucrânia na guerra contra a Rússia para incorporar à sua própria indústria de defesa tecnologias desenvolvidas durante o conflito. Um dos principais exemplos é o Octopus, drone interceptador criado por engenheiros ucranianos

e cuja tecnologia e propriedade intelectual foram compartilhadas com Londres por meio de um acordo bilateral assinado em setembro do ano passado.

A partir desse acordo, empresas britânicas passaram a trabalhar com os ucranianos no aperfeiçoamento do equipamento e na preparação de sua produção em massa no Reino Unido. Segundo o Ministério da Defesa britânico, cada Octopus custa menos de 10% do valor do drone que foi desenvolvido para destruir, e a meta é fabricar milhares por mês. As unidades produzidas nesta fase serão enviadas à Ucrânia para enfrentar principalmente drones russos semelhantes aos Shahed.

A parceria também permite que a indústria britânica absorva rapidamente as mudanças

realizadas no campo de batalha. Dados obtidos pelas forças ucranianas são enviados às linhas de produção no Reino Unido, e o desenho do Octopus é atualizado aproximadamente a cada seis semanas para acompanhar alterações feitas pelos russos em seus drones e táticas. Ao anunciar o acordo em 2025, o então secretário da Defesa John Healey afirmou que a parceria também daria às forças britânicas acesso às tecnologias desenvolvidas e aperfeiçoadas durante a guerra.

A estratégia britânica, porém, não depende apenas da tecnologia ucraniana. Em julho deste ano, o Ministério da Defesa concedeu 3,16 milhões de libras (R\$ 21,7 milhões) em contratos à empresa estoniana Frankenburg Technologies e às britânicas Greenjets e Cambridge Aerospace para desenvolver novos interceptadores de

drones de baixo custo. As três empresas possuem operações no Reino Unido e se comprometeram a ampliar a capacidade de fabricação no país. O governo afirmou que essas armas são necessárias porque grandes quantidades de drones baratos podem sobrecarregar sistemas tradicionais, mais caros e demorados de fabricar.

Esse segundo programa integra a iniciativa "Low-Cost Effectors and Autonomous Platforms (LEAP)", lançada por Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Polônia para desenvolver sistemas de defesa aérea baratos e capazes de ser produzidos em escala.

França coloca foguetes mais baratos nos caças Rafale

A França escolheu adaptar uma das aeronaves mais sofisticadas de seu arsenal para que ela não dependa apenas de mísseis caros quando precisar derrubar drones baratos. Em julho, a Direção-Geral de Armamento (DGA), órgão do Ministério das Forças Armadas francês responsável pelo desenvolvimento e aquisição de armamentos, concluiu os testes de integração de foguetes guiados a laser de 68 milímetros nos caças Rafale para missões antidrones.

O armamento utilizado é o Aculeus-LG, desenvolvido pela multinacional francesa Thales. Ele já é utilizado nos helicópteros de ataque Tigre do Exército francês. O foguete é guiado até o alvo por um feixe de laser emitido pelo sistema de

mira Talios, instalado no próprio Rafale. Nos testes, o radar do caça detectou o drone, o Talios passou a acompanhá-lo e iluminou o alvo para que o foguete pudesse atingir a aeronave não tripulada.

O governo francês não divulgou o preço unitário do Aculeus-LG, mas uma estimativa publicada em julho pelo site especializado em aviação militar The Aviationist coloca seu custo entre US\$ 25 mil e US\$ 40 mil por unidade (R\$ 129,8 mil a R\$ 207,6 mil). O valor fica próximo do preço estimado de um Shahed-136 ou Geran-2, que pode custar entre US\$ 20 mil e US\$ 50 mil, segundo estimativas do CSIS.

A diferença é significativa em relação aos mísseis ar-ar tradicionalmente levados pelos caças. Segundo o The Aviationist, um míssil MICA

utilizado pelos Rafale pode custar entre US\$ 1 milhão e US\$ 2 milhões (R\$ 5,2 milhões a R\$ 10,4 milhões), o que significa que um único disparo pode valer dezenas de vezes mais que o drone que está tentando destruir.

A DGA afirmou que o programa nasceu da necessidade de fornecer ao Rafale uma arma antidrones eficaz e de “custo moderado”. A escolha ficou pelo foguete de 68 milímetros justamente porque ele já estava sendo utilizado no Tigre, o que permitiu acelerar sua adaptação para o caça.

O contrato foi assinado em dezembro do ano passado. Menos de oito meses depois, a França concluiu os testes e iniciou em julho as entregas dos foguetes, lançadores e pods Talios adaptados para a nova missão.

Polônia aposta em defesa de baixo custo contra drones

A preocupação com o preço de cada interceptação também entrou no planejamento da Polônia. Em janeiro, o Ministério da Defesa polonês anunciou a compra do sistema SAN e afirmou que uma das principais funções da nova estrutura será permitir o combate “eficaz e de baixo custo” contra drones.

O contrato para aquisição foi assinado com um consórcio formado pela estatal Polska Grupa Zbrojeniowa e pela norueguesa Kongsberg Defence & Aerospace e prevê a entrega de 18 módulos de bateria. O SAN foi desenvolvido para funcionar como uma camada complementar aos sistemas já existentes, especialmente na proteção da fronteira oriental polonesa.

Cada módulo terá três pelotões de combate capazes de detectar, acompanhar, identificar e neutralizar ameaças aéreas. Para reduzir o custo das interceptações, o sistema deverá combinar diferentes formas de resposta, incluindo armas que destroem fisicamente os drones e meios não cinéticos, como interferência eletrônica.

O governo polonês não divulgou uma média de valor de cada interceptação, mas estimativas publicadas pelo jornal polonês Rzeczpospolita colocam entre US\$ 25 mil e US\$ 35 mil (R\$ 129,8 mil a R\$ 181,7 mil) o custo de um foguete APKWS II, considerado o meio de interceptação mais caro previsto no SAN. Contra ameaças mais simples, o sistema poderá recorrer primeiro à guerra eletrônica, drones interceptadores ou canhões de 30 e 35 milímetros, reduzindo ainda mais o custo da resposta.

A intenção é evitar que sistemas como o Patriot, mais caros, sejam a primeira opção diante de drones de baixo custo. Eles devem ser destinados a enfrentar mísseis e outras ameaças mais complexas, enquanto o SAN deverá acrescentar abaixo deles uma camada destinada a alvos numerosos e mais baratos.



[Voltar ao índice](#)



Humorista Antonio Tabet participa de evento do STF em 2025 sobre direito e influenciadores digitais. (Foto: Rosinei Coutinho/STF)

Humor?

Antonio Tabet mudou de carreira, mas continua fazendo pegadinhas

Por Fabio Calsavara

Antonio Tabet passou boa parte da carreira fazendo humor justamente onde muita gente

recomendaria cautela. Nos tempos do Kibe Loco, ainda nos primórdios da internet brasileira, o comediante ganhou notoriedade com montagens, provocações e brincadeiras que colocavam políticos, celebridades e até veículos de imprensa na mira. Depois, como um dos criadores do Porta dos Fundos, ajudou a transformar a sátira religiosa em uma das marcas do grupo, com vídeos que fizeram de Jesus, Maria, Deus e episódios bíblicos matéria-prima para um humor de gosto no mínimo duvidoso — e provocaram reações de grupos católicos e evangélicos.

É por isso que uma publicação recente de Tabet, em setembro de 2026, chamou a atenção. Em meio à falsa informação de que Flávio Bolsonaro pretenderia retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil, o humorista

recorreu justamente à defesa da imagem da santa para atacar a família Bolsonaro. A postagem acabou impulsionando uma disputa judicial sobre a retirada do ar de conteúdos relacionados ao episódio.

A contradição fica explícita nesse episódio. O homem que participou de sátiras pesadas contra figuras centrais do cristianismo, ora retratando Jesus como homossexual namorado de Lúcifer, ora retratando Maria como uma adúltera desbocada, agora invoca Nossa Senhora em uma briga política. Nada era sagrado para os especiais do Porta dos Fundos, do qual Tabet é um dos fundadores. Agora, ele pede respeito à imagem da mãe de Jesus.

Mais recentemente, Tabet parece ter descoberto que a vida pública exige mais do que fazer piada. O humorista passou a se aventurar com frequência no comentário político e assumiu uma defesa explícita das iniciativas do Supremo Tribunal Federal no combate às chamadas fake news.

Não por acaso, em agosto de 2025, Tabet foi um dos influenciadores convidados para o “Leis e Likes”, programa promovido pelo próprio STF para aproximar a Corte de criadores de conteúdo e discutir Justiça, cidadania, direitos fundamentais e influência digital. A visita rendeu imagens bem diferentes do antigo Tabet do Porta dos Fundos: diante dos ministros e das câmeras do Supremo, o humorista passou a falar como uma espécie de comentarista político informal.

A origem do Kibe Loco e o humor sem freios

Antes de colocar uma das maiores referências do catolicismo brasileiro no centro de uma crítica política, Tabet foi o responsável pelo portal de humor Kibe Loco. Criado na década de 2000, o site ficou conhecido por trazer montagens, sátiras e brincadeiras com personalidades públicas. Na época, provocar, constranger e testar os limites do humor era justamente parte do negócio.

A falta de preocupação de Tabet com os direitos autorais levou à criação de uma palavra nova na internet para se referir a quem copia e posta conteúdos alheios: o verbo “kibar”, justamente por causa do site gerido por ele. Em uma entrevista à revista Trip, o humorista disse que “isso é coisa de hater” e que os críticos fazem

parte “da caixa de gordura da humanidade, do chorume”.

Na TV, Tabet seguiu explorando o constrangimento como humor

Com o sucesso na internet, Tabet foi para a TV fazer parte do Caldeirão do Huck com o quadro o quadro “Kibe Loco TV”. No papel, o humorista dizia que pretendia fugir das fórmulas tradicionais da televisão e provocar reações diferentes no público, apostando no improviso. Na prática, o quadro trazia câmeras escondidas e constrangimento alheio como mote das piadas. A parceria durou cinco anos.

As pegadinhas também foram o motor de outro projeto de Tabet na TV, o “Kibe Show”, apresentado no canal pago TBS entre os anos de

2015 e 2017. Nas três temporadas, o humorista criava “armadilhas” para seus convidados na forma de uma conversa supostamente informal, feita antes da gravação para valer.

Atores fingiam ser eletricitas, maquiadores ou diretores atrapalhados que sempre faziam algo para confundir o entrevistado. O clima descontraído servia para deixar os convidados à vontade para acabar revelando opiniões, fofocas ou confidências que jamais seriam ditas em entrevistas normais. E eram justamente esses trechos que iam ao ar no programa, expondo os entrevistados ao ridículo.

Kibe Loco fez montagem de senadora do Psol na capa da Playboy

Estabelecer limites entre o engraçado e o constrangedor nunca foi um dos pontos fortes de Tabet. Um dos episódios que mostra o quão turva era essa fronteira ocorreu ainda no começo da carreira dele, quando Tabet publicou em seu site uma montagem da então senadora pelo Psol de Alagoas Heloísa Helena em uma capa falsa da revista Playboy. “Finalmente tiramos a camisa branca de Heloísa Helena e colocamos essa ‘máquina pública’ para funcionar”, dizia a chamada da falsa capa, emulando o tom utilizado pela revista real em suas edições.

A “piada” não foi bem recebida pela vítima da montagem. Helena chorou durante uma sessão no Senado e chamou a “brincadeira” de Tabet de

“montagem horrorosa e desqualificada”. “Isso é um escândalo. Há 20 anos sou vítima de perseguição implacável da imprensa. Eu sei o quanto de machismo e preconceito há nisso. Sou uma mulher digna e uma mãe de família exemplar”, protestou, em lágrimas.

Internet se tornou campo fértil para Tabet e suas “piadas” com a religião

O campo de provocação foi ampliado de forma exponencial com a criação do Porta dos Fundos. O grupo foi a forma encontrada por Tabet e seus colegas de empreitada para divulgar materiais que seriam impublicáveis na televisão, aberta ou fechada. E uma das matérias-primas desses vídeos era a religião.

Tabet nunca escondeu que foi criado em uma família católica e educado em uma escola ligada à Igreja. Mas nem mesmo essa fundação impediu que a religião se tornasse um dos alvos recorrentes do Porta dos Fundos. E a partir de 2013 o grupo passou a transformar seus especiais de Natal em uma espécie de tradição anual.

O primeiro já apresentava uma releitura satírica da vida de Jesus. Tabet fazia José, enquanto Gregório Duvivier interpretava Jesus e Júlia Rabello, Maria. A própria descrição oficial do Porta dos Fundos apresentava a produção como uma “videografia não autorizada” da vida de Jesus e fazia questão de classificá-la como obra de humor e sátira religiosa.

Tabet tentou recontar a história da Arca de Noé, uma releitura da história bíblica recheada de referências contemporâneas e situações absurdas, e chegou a adaptar a passagem da Santa Ceia como uma paródia do filme “Se Beber Não Case”, onde os apóstolos acordam de ressaca e percebem que Jesus desapareceu.

Especial de Natal de 2019 gerou protestos

Em 2019, porém, o Porta dos Fundos levou a sátira religiosa ao extremo com o especial “A Primeira Tentação de Cristo”. O curta, feito em parceria com a Netflix, apresentava Jesus aos 30 anos retornando do deserto e recebendo a revelação de que José não era seu pai biológico. A produção também introduzia um relacionamento homoafetivo envolvendo Jesus. Tabet fazia parte do elenco e interpretava Deus.

O especial provocou protestos de grupos cristãos e uma petição pela retirada da produção chegou a reunir milhões de assinaturas. Em dezembro daquele ano, a sede do Porta dos Fundos foi atacada com coquetéis molotov. Ninguém ficou ferido, e a polícia passou a investigar a relação do atentado com a produção.

Tabet, entretanto, nunca tratou o especial como um erro. Em entrevista à revista *Veja* em 2024, o humorista reconheceu que “pisou na bola” com algumas piadas. Mas disse que o grupo não pesou a mão nos vídeos satíricos com a religião. “De jeito nenhum. Os especiais de Natal têm sempre alguma ligação com religião. Já fizemos uma sátira com um Jesus festeiro e ganhamos o Emmy. Para nós, o fato de o personagem ser ou não gay não faz diferença e não deveria fazer para ninguém”, afirmou.

A reportagem procurou o humorista Antonio Tabet para que ele desse sua versão sobre alguns dos fatos trazidos nessa reportagem, mas não obteve retorno. O espaço segue aberto para manifestações.

Tabet achou que pedido de retirada de postagem por ministro do STF era piada

Em meio à controvérsia sobre uma informação falsa de que Flávio Bolsonaro pretendia retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil, Tabet publicou no X uma imagem da santa acompanhada da frase: “A família milicianiana odeia tanto mulher preta, que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida!” A postagem não citava nominalmente Flávio Bolsonaro.

A campanha de Flávio pediu a retirada do conteúdo. O ministro André Mendonça, do TSE, determinou a remoção e estabeleceu multa em caso de descumprimento. Posteriormente, o ministro Flávio Dino, do STF, derrubou a decisão e autorizou a republicação. Tabet voltou a publicar o conteúdo. Posteriormente, o ministro Luiz Fux derrubou a decisão de Dino e restabeleceu a medida tomada por Mendonça.

O próprio humorista passou então a sustentar que o problema central era a liberdade de expressão. Em entrevista ao UOL, afirmou ter inicialmente pensado que a retirada da postagem era uma piada e depois demonstrou indignação com a decisão. Também questionou enfaticamente a classificação das publicações como fake news.

Agora, a pose de comentarista sério adotada por Tabet chegou a um teste mais incômodo. Depois da publicação, Tabet gravou um vídeo para explicar por que aquilo não deveria ser tratado como fake news.

A postagem original não citava nominalmente Flávio, mas estava inserida numa onda de publicações ligadas à narrativa falsa e desmentida pelo próprio candidato. O gancho para a fake news se baseava na reciclagem de um projeto de 2007, arquivado em 2008 e sem nenhuma relação com qualquer projeto ou proposta do candidato do PL.

No vídeo, Tabet tenta reconstruir a história com a solenidade de quem está apresentando uma tese jurídica, recorrendo a uma sequência de distinções e raciocínios para afastar de sua

própria postagem a responsabilidade pela narrativa que ajudou a alimentar. É um exercício retórico curioso: o humorista que durante anos viveu justamente de caricaturar a política agora aparece diante da câmera para explicar, com ares de professor, por que aquilo que publicou não deveria ser chamado de fake news.

Tabet tenta se apresentar como uma figura pública responsável e deixar o humorista das pegadinhas no passado. Mas o caso de Aparecida mostra que ele não mudou tanto assim.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- Reforma do STF pode incluir mandato fixo e responsabilização disciplinar de ministros
- Lulinha teria recebido viagem de luxo de R\$ 1,8 milhão paga por lobista
- Lula promete cerco ainda maior a CACs em eventual próximo governo
- Escritor haitiano premiado na França é acusado de usar IA e diz ser vítima de racismo
- Rockbridge: como atua o grupo fundado por J.D. Vance citado em ação do PT
- Ícone do rock alternativo fala da fé cristã e critica silêncio sobre Deus na cultura

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice